



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 32050/2008

Rubrica: _____

PROCESSO N.º: 32050/2008

JURISDICIONADO: Banco de Brasília S.A. – BRB S/A

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Ofício n.º. 439/2008 – PG/MPjTCDF. Irregularidades no uso da marca BRB. Relação entre o BRB S/A e as entidades Cartão BRB, Seguros BRB, Saúde BRB – Caixa de Assistência e Regius. Decisão n.º. 5998/2009. Conhecimento do Relatório de Auditoria n.º. 04/2009 e encaminhamento aos interessados para contrarrazões. Decisão n.º. 4902/2014. Insustentação dos esclarecimentos prestados; determinações; e audiência dos responsáveis. Decisão n.º. 5559/2015. Cumprimento insatisfatório; procedência das razões de justificativa apresentadas; e reiteração de diligência. Decisão n.º. 4120/2016. Atendimento satisfatório, parcialmente satisfatório e insatisfatório das diligências determinadas, bem como novas determinações. Decisão n.º. 5006/2017. Atendimento de umas determinações e não atendimento de outras, bem como reiteração de diligência, com alerta aos gestores. **Nesta fase:** Exame das diligências contidas no item III da Decisão n.º 5006/2017, que reiterou o item III, alínea “c”, da Decisão n.º 4120/2016. Unidade Técnica sugere que sejam consideradas atendidas as diligências determinadas, com o consequente arquivamento dos autos, no que é acompanhada pelo MPjTCDF. Voto convergente.

Versam os autos sobre questionamentos feitos pelo MPjTCDF, mediante o Ofício n.º. 439/2008 – PG/MPjTDDF, acerca das relações existentes entre o Banco de Brasília - BRB e as entidades Cartão BRB, Seguros BRB, BRB Saúde e Regius

A Unidade Técnica, mediante a Informação n.º. 13/2018 – DIAUD1, registra que a fiscalização realizada pelo Tribunal se encontra materializada no Relatório de Auditoria n.º 4/2009, consignando que na presente fase examina-se o cumprimento da diligência contida no item III, alínea “c”, da Decisão n.º 4120/2016, devidamente reiterada pelo item III da Decisão n.º 5006/2017, que assim restou ementada:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 32050/2008

Rubrica: _____

tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1431-1466; II – considerar: a) satisfatório o atendimento do item III, alíneas “a” e “b” da Decisão nº 4120/2016; b) insatisfatório o atendimento do item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016; III – reiterar a determinação do item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016, fixando novo prazo de 30 (trinta) dias para que o Banco de Brasília S.A. adote as providências cabíveis; IV – alertar os dirigentes do BRB – Banco de Brasília S.A. sobre a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/1994, em caso de descumprimento de deliberação desta Corte; V – autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 28/2017 – DIAUD1 e do relatório/voto do Relator ao BRB – Banco de Brasília S.A. a fim de subsidiar o atendimento das deliberações da Corte; b) o retorno dos autos à SEAUD, para adoção das devidas providências. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento, in totum, da instrução, no que foi seguido pelo Conselheiro MÁRCIO MICHEL.

Em relação à manifestação exarada pelo Jurisdicionado em atendimento à diligência, a Unidade Técnica consigna o seguinte:

“6. Por meio do Ofício PRESI 2017/107 o BRB S/A esclareceu que:

2. Em atendimento à determinação contida na Decisão nº 4120/2016, item III, alínea “C”, informamos que o BRB concluiu a etapa do trabalho acerca da integridade das informações contidas na Nota Técnica Gecit - 2015/008 e identificou que o montante a ser ressarcido ao BRB pela Cartão BRB, corrigido pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), perfaz o total de R\$ 19.142.407,61 (dezenove milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e um centavos).

3. Nesse contexto, informamos que o BRB adotou as providências internas com a finalidade de ressarcir-se do montante, conforme se observa da CARTA DISEP/SUSEB/GAC - 2017/087 Brasília, 24 de novembro de 2017 (anexa), que contempla a evidência do lançamento contábil registrado.

7. Além disso, mediante o Ofício PRESI 2017/116 noticiou que o valor devido pela Cartão BRB foi ressarcido ao BRB S/A no dia 24/11/2017, com a quitação efetiva do débito, conforme registro de Lançamento Contábil nº 100525302 indicado na CARTA DSEP/SUSEB/GEAC — 2017/087.”

A Unidade Técnica, em sede de análise, informa que “o BRB S/A adotou providências para o ressarcimento das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas indevidamente à Cartão BRB pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 32050/2008

Rubrica: _____

de 2008”, obtendo o efetivo ressarcimento aos cofres do Banco do montante de R\$ 19.142.407,61 (dezenove milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e um centavos).

Assim, conclui que poderá “o egrégio Plenário considerar satisfatório o atendimento no item III da Decisão nº 5006/2017, que reiterou o item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016”.

Ao depois, “considerando que todas as audiências e diligências prescritas pela Corte encontram-se exauridas”, a Unidade Técnica entende que esta Corte pode autorizar o arquivamento dos presentes autos, sugerindo ao eg. Plenário:

“I. tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1493/1498 e da presente instrução (fls. 1499/1504);

II. Considerar atendido o item III da Decisão nº 5006/2017, que reiterou o item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016;

III. autorizar o arquivamento dos autos, bem como o seu retorno à SEAUD para adoção das providências de estilo.”

A i. representante do MPJTCDF, mediante o Parecer nº. 475/2018 – CF, aquiesce às sugestões ofertadas pela Unidade Técnica.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 32050/2008
Rubrica: _____

V O T O

Após análise dos autos, verifico que os órgãos técnico e ministerial, em pareceres convergentes, sugerem o pleno atendimento da diligência determinada pelo item III da Decisão nº 5006/2017, que reiterou o item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016, com o consequente arquivamento dos autos.

Tenho por pertinentes as informações ofertadas pelo Corpo Técnico, devidamente ratificada pelo MPjTCDF, as quais adoto como razões de decidir.

Posto isso, em harmonia aos entendimentos técnico e ministerial, **VOTO** por que este egrégio Plenário:

- I. conheça dos documentos acostados às fls. 1493/1498 e da Informação nº. 13/2018 – DIAUD1;
- II. considere atendido o item III da Decisão nº. 5006/2017, que reiterou o item III, alínea “c”, da Decisão nº. 4120/2016;
- III. autorize o arquivamento dos autos, bem como o seu retorno à SEAUD para adoção das providências de estilo.

Brasília, em 24 de julho de 2018.

MANOEL DE ANDRADE
Relator